

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
Nota do Autor à 2ª edição	7
Nota do Autor à 1ª edição	9
Prefácio	11
Lista de abreviaturas	21
Introdução	23

Capítulo I

O FATO JURÍDICO NO PLANO DA TEORIA GERAL DO DIREITO	27
1. Considerações iniciais	27
2. Sobre o sentido da expressão “fato jurídico”	28
3. Variações doutrinárias em torno da noção de fato jurídico	30
4. A teoria de Pontes de Miranda	31
5. Análise conclusiva	33
6. Tipologia dos fatos jurídicos	36
7. Os elementos do suporte fático e os reflexos no ingresso e passagem do fato jurídico nos planos do mundo jurídico	37

Capítulo II

OS FATOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	39
1. A teoria do fato jurídico e a Teoria Geral do Direito Processual	39
2. Conceito de ato (fato) jurídico processual	42
2.1. Concepção de Chiovenda	43

2.2.	Concepção de Liebman	45
2.3.	Concepção de Satta	46
2.4.	Concepção de Calmon de Passos	47
2.5.	Concepção de Paula Costa e Silva	48
2.6.	Os atos jurídicos não procedimentais que produzem efeitos no processo. Concepção de Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga	49
2.7.	A definição legislativa de “ato processual” e sua insuficiência	51
2.8.	Avaliação conclusiva sobre as diferentes concepções	52
2.9.	Proposta de conceituação dos fatos jurídicos (lato sensu) processuais ...	59
2.9.1.	Crítica à ideia da divisão entre eficácia imediata ou mediata como dado relevante para indicar a “processualidade” do fato .	61
2.9.2.	O núcleo do suporte fático do fato jurídico (lato sensu) processual	64
3.	Fatos processuais e situações jurídicas processuais	66
4.	Um breve regresso a Goldschmidt	67
5.	Das situações jurídicas às situações jurídicas processuais. Proposta de tipologia	69
5.1.	Situações jurídicas processuais não relacionais	73
5.2.	Relações jurídicas processuais	77
5.2.1.	Objecção de Goldschmidt à noção de relação jurídica processual	78
5.2.2.	O processo como procedimento em contraditório. Crítica de Fazzalari ao conceito de Bülow	80
5.2.3.	Objecções de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero ao conceito tradicional de relação jurídica processual	81
5.2.4.	Avaliação conclusiva	82

Capítulo III

TIPOLOGIA DOS FATOS PROCESSUAIS	89
1. A importância de classificar os fatos jurídicos processuais	89
2. Classificação “subjéitiva” dos fatos processuais	90
3. Classificação proposta por Goldschmidt	91
4. Classificação proposta por Carnelutti	93
4.1. Classificação técnica dos atos processuais	94
4.2. Classificação jurídica dos atos processuais	96

4.2.1.	Classificação conforme os efeitos dos atos processuais	97
4.2.2.	Classificação conforme a finalidade dos atos processuais	97
4.2.3.	Classificação conforme a estrutura dos atos processuais	99
4.3.	Quadro sintético	101
5.	Outras classificações. A Classificação tradicionalmente adotada pela doutrina brasileira	103
6.	Classificação dos fatos processuais segundo os elementos nucleares do suporte fático da norma jurídica processual. Critério adotado por Fredie Didier Jr. e Paula Sarno Braga	105
7.	Balanço conclusivo das diferentes classificações	107
8.	Aproximação conceitual dos diferentes tipos de fatos jurídicos lato sensu processuais	113
8.1.	Fatos jurídicos stricto sensu processuais	113
8.2.	Atos-fatos jurídicos processuais	116
8.3.	Atos jurídicos stricto sensu processuais	120
8.4.	Negócios jurídicos processuais	120

Capítulo IV

OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	123	
1.	O negócio jurídico na Teoria Geral do Direito	123
2.	Algumas concepções em torno do conceito de negócio jurídico	124
2.1.	Teorias “subjetivas”. O “dogma da vontade” nos atos negociais	125
2.2.	Teoria “preceptiva”. O negócio jurídico como norma jurídica	128
2.3.	O negócio jurídico como ato de autonomia privada. Teoria da autorregulação de interesses	131
2.4.	Crítica. Distinção entre ato jurídico stricto sensu e negócio jurídico	133
3.	O autorregramento da vontade	136
4.	Autonomia da vontade, autonomia privada ou autorregramento da vontade?	138
5.	Negócio jurídico processual. Primeira aproximação	139
5.1.	Breve notícia histórica	139
5.2.	Algumas objeções ao negócio jurídico processual	142
5.3.	A aceitação doutrinária	145
5.3.1.	O negócio processual segundo a doutrina estrangeira	145
5.3.2.	O negócio processual na doutrina brasileira	150

6. Justificação do conceito de negócio jurídico processual na atualidade	153
7. Os limites do autorregramento da vontade no processo e o formalismo processual	160
8. O regime jurídico aplicável aos negócios processuais	163
9. O sujeito do negócio processual	171
10. Enunciado e negócio jurídico processual	173
11. Tipologia dos negócios processuais	174
12. O negócio jurídico processual nos planos da existência, validade e eficácia .	177
12.1. Plano da existência	179
12.2. Plano da validade	181
12.3. Plano da eficácia	182

Capítulo V

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS JUDICIAIS	187
1. Esclarecimento inicial	187
2. Jurisdição e criação judicial	187
3. Decisão judicial e interpretação	190
3.1. Breve nota sobre a discricionariedade judicial	193
3.2. Interpretação e limites textuais para a atuação criativa do juiz	195
4. Entre o enunciado e o fato jurídico. A sentença (decisão) como ato jurídico <i>stricto sensu</i> , ato-fato jurídico e negócio jurídico processual	201
4.1. A sentença como ato-fato jurídico. A eficácia jurídica dos precedentes	201
4.2. A decisão judicial como ato jurídico <i>stricto sensu</i>	205
5. Negócios jurídicos processuais e “provimentos”	206
6. A decisão judicial como negócio processual	210
7. Negócios processuais, decisões condicionais e decisões sujeitas a termo	213
8. Casuística do negócio jurídico processual judicial. Análise concreta do poder geral de efetivação	216

Capítulo VI

NEGÓCIOS PROCESSUAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	225
1. Consideração inicial	225

2. A cláusula geral de negociação sobre o processo	227
3. Acordos sobre o procedimento	228
4. Convenções sobre ônus, faculdades e deveres processuais	230
5. Vinculação do juiz aos negócios processuais	231
6. Momento para celebração dos negócios jurídicos sobre o processo	232
7. Controle da validade dos negócios processuais	233
7.1. Direitos que admitam autocomposição	234
7.2. Partes plenamente capazes	236
7.3. Manifesta situação de vulnerabilidade	237
7.4. Inserção de convenções sobre o processo em contratos de adesão	239
7.5. Limites objetivos ao exercício do poder de autorregramento processual	240
8. Revogação do negócio jurídico processual	242
9. Resilição dos negócios jurídicos processuais	243
11. Alegação de descumprimento do negócio jurídico processual	245
12. Negócios jurídicos processuais e terceiros	247
13. Casuística do Negócio Jurídico Processual	249
13.1. Calendário processual	250
13.2. Acordo sobre prazos processuais	252
13.3. Pacto de não recorrer	253
13.4. Outros negócios jurídicos processuais	255
Conclusão	259
Referências	263